



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
3ª VARA CRIMINAL
 Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO

Processo nº: **3000666-47.2013.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Grave**
 Documento de Origem: **IP - 261/2013 - 3º Distrito Policial de São Carlos**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **Lucas da Silva Flores**
 Vítima: **Lucas Maziero**

Aos 31 de janeiro de 2017, às 15:30h, na sala de audiências da 3ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do MM. Juiz de Direito Dr. CARLOS EDUARDO MONTES NETTO, comigo Escrevente ao final nomeado(a), foi aberta a **audiência de instrução, debates e julgamento**, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, compareceu o Promotor de Justiça, **Drº Marco Aurélio Bernarde de Almeida**. Presente o réu Lucas da Silva Flores, acompanhado de defensor, o **Drº Lucas Corrêa Abrantes Pinheiro – Defensor Público**. A seguir foi ouvida a vítima e interrogado o réu. **Pelas partes foi dito** que desistia da inquirição das demais testemunhas arroladas, o que foi homologado pelo MM. Juiz. Como não houvesse mais prova a produzir o MM. Juiz deu por encerrada a instrução. Não havendo óbice na utilização de sistema de gravação audiovisual em audiência, todas as ocorrências, manifestações, declarações e depoimentos foram captados em áudio e vídeo, conforme CD identificado, [anexado e autenticado pelos presentes neste termo] **Pelas partes foi dito que não tinham requerimentos de diligências**. Não havendo mais provas a produzir o MM. Juiz deu por encerrada a instrução e determinou a imediata realização dos debates. **Dada a palavra ao Drº PROMOTOR foi dito:** "MM Juiz dispensado o relatório em razão da celeridade e oralidade processual, a ação penal é improcedente. Em que pese a autoria ser certa e determinada, o mesmo não pode ser dito sobre a materialidade delitiva. Há dúvidas sobre a realização da conduta típica e antijurídica por parte do réu. Assim, não demonstrada pela prova produzida em juízo a justa causa existente para deflagração da ação penal, requeiro a improcedência da ação. **Dada a palavra à DEFESA:** "MM Juiz em comum com o Ministério Público, requer-se a absolvição do réu. Já na fase de inquérito era questionado a existência de justa causa a partir da leitura dos laudos de fls.21/22. No laudo do réu, consta lesão no antebraço, sinal claríssimo de autodefesa, lesão no osso nasal e lesão na região escapular esquerda, o que destoava da versão do policial. Recebida a denúncia a vítima disse em juízo que não foi agredida de qualquer forma e que na verdade se desequilibrou quando realizava o procedimento padrão de abordagem. Com base na prova produzida em juízo, provada a inexistência do fato, requeiro a absolvição com fundamento no art.386, I, do CPP. **Pelo MM. Juiz foi proferida a seguinte sentença:** "LUCAS DA SILVA FLORES, qualificado nos autos, foi denunciado


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
3ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

como incurso no artigo 129, §1º, I, do CP, conforme os fatos descritos na denúncia, a qual em reporto. Houve a suspensão condicional do processo e o recebimento da denúncia (fls.45). O réu foi citado em audiência de suspensão. O benefício foi revogado a fls.74, havendo resposta à acusação (fls.81/82). Nesta audiência foi ouvida a vítima e interrogado o réu. Houve a desistência da inquirição da testemunha Damásio. Nas alegações finais as partes pediram a absolvição. **É o relatório. Decido.** A vítima foi ouvida nesta data e declarou que a lesão foi provocada por um escorregão e que o réu, em momento algum, agiu com dolo de agredi-la. O acusado reforçou a versão da vítima. Diante disso, não está provada a existência da agressão mencionada na denúncia. Ante o exposto, julgo **IMPROCEDENTE** a ação e **absolvo** Lucas da Silva Flores com fundamento no artigo 386, I, do Código de Processo Penal. Transitada em julgado, ao arquivo. Publicada nesta audiência e saindo intimados os interessados presentes, registre-se e comunique-se. Eu, Talita Vanessa Penariol Natarelli, digitei.

MM. Juiz: Assinado Digitalmente

Promotor:

Defensor Público:

Ré(u):